

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025.r6a14>

Recebido em: 11/02/2025

Aceito em: 14/04/2025

**SABERES DOCENTES E A CONSTRUÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL
INDIVIDUALIZADO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA**

**TEACHING KNOWLEDGE AND THE CONSTRUCTION OF AN
INDIVIDUALIZED PLAN: REPORT OF A RESEARCH EXPERIENCE**

Izabel Cunha Regis da Costa

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9186-3224>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8595107700968049>

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Brasil

E-mail: izabel.cunha@ifrn.edu.br

Fábio Alexandre Araújo dos Santos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5902-8698>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8334261197856331>

Pós-doutor em Educação

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, IFRN, Brasil

E-mail: fabio.araujo@ifrn.edu.br

RESUMO

Neste trabalho, analisou-se a percepção dos docentes sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) com a finalidade de identificar como vem sendo a sua operacionalização no campus João Câmara do IFRN. Buscou-se investigar em que medida o PEI consegue atingir os seus objetivos no tocante à inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas e quais as dificuldades durante este processo. O presente estudo tem abordagem qualitativa e foi produzido a partir de pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de um estudo de caso. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com doze professores que atuam no curso técnico integrado em Informática do referido campus. Os resultados indicam que a formação continuada é considerada o ponto chave para que o PEI seja de fato, um instrumento norteador da prática docente no âmbito do Instituto.

Palavras-chave: Inclusão; Plano Educacional Individualizado; IFRN.

ABSTRACT

In this work teacher's perception of the Individualized Educational Plan was analyzed with the purpose of identifying how has been your operationalization on the João Câmara Campus of IFRN. We sought to investigate to what extent PEI manages to achieve its objectives regarding the inclusion of students with specific educational needs and difficulties during this process. This study has a qualitative approach and was produced from bibliographical research and field, through a case study. Interviews were carried out semi-structured courses with twelve teachers who work in the integrated technical course in IT of aforementioned campus. The results indicate that continued training is considered the key point for the PEI to be, in fact, a guiding instrument for teaching practice within the Institute.

Keywords: Inclusion; Individualized Educational Plan; IFRN.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma discussão que merece destaque, especialmente em um contexto social e econômico marcado pela diversidade e pelas desigualdades. Em um cenário global em que as demandas por profissionais qualificados são cada vez mais complexas e dinâmicas, é fundamental que os sistemas de ensino sejam capazes de acolher estudantes de diferentes origens, habilidades e necessidades.

A inclusão na EPT vai além de uma mera questão de acessibilidade; ela envolve a criação de um ambiente educativo que valorize e promova a equidade, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais, ou de deficiências, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e de inserção no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, o Plano Educacional Individualizado surge como um instrumento que auxilia o professor a implementar práticas e estratégias que atendam às necessidades de estudantes com diferentes características e dificuldades, e assegura que todos tenham a oportunidade de aprender e desenvolver as suas potencialidades, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou socioeconômicas.

Nos últimos anos, a Equipe Técnico-Pedagógica do campus João Câmara tem enfrentado desafios significativos na implementação do PEI. Esses desafios podem ser atribuídos a uma variedade de fatores, incluindo a complexidade das necessidades educacionais específicas dos alunos, a falta de recursos e suporte adequados, bem como a necessidade de capacitação adicional para os profissionais envolvidos.

Portanto, o nosso objeto de estudo durante a pesquisa de mestrado foi de que maneira o PEI vem sendo operacionalizado no campus João Câmara e em que medida esta ferramenta vem favorecendo a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Baseado nesse contexto, a pergunta norteadora da pesquisa é: “Em que medida os planos de estudo individualizados estão alcançando os seus objetivos e favorecendo a inclusão no processo de aprendizagem dos estudantes?” Apresentamos como objetivo geral: “Identificar quais as percepções dos docentes na operacionalização do Plano Educacional Individualizado para pessoas com necessidades educacionais específicas no contexto da Educação Profissional no campus João Câmara”. Para fins deste artigo, os referenciais teóricos foram: Brasil (2015), Mitler (2003), Glat (2007), Sasaki (1997) e Aranha (2004).

A referida pesquisa foi de natureza qualitativa e exploratória conforme apontam Gil (2010) e Minayo (2001). O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semi-estruturada aplicada com doze docentes que lecionam no curso técnico integrado em Informática.

A análise dos dados ocorreu sob o método da análise de conteúdo Bardin (2011). O resultado desse estudo baseou-se na análise das entrevistas aplicadas e na elaboração de uma oficina pedagógica que foi o produto educacional vinculado ao trabalho em questão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No dia 02 de janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015). Entre outros avanços, esta Lei visa assegurar a oferta de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabelece a adoção de um projeto pedagógico que institucionaliza o atendimento educacional individualizado, com direito à contratação de profissionais de apoio, e proíbe as escolas particulares de cobrarem valores adicionais por esses serviços.

Nesse contexto, a inclusão na educação profissional e tecnológica requer, portanto, a criação de ambientes que valorizem a diversidade e promovam a autonomia dos discentes com

necessidades educacionais específicas. Segundo Mittler (2003), “incluir significa criar condições para que todos, independentemente das suas condições, possam aprender e participar do ambiente escolar com sucesso.” Esse modelo de educação promove a construção de um espaço que respeita as individualidades, valorizando o potencial de cada aluno para que se desenvolva de maneira plena.

Para Glat (2007), a educação inclusiva na prática implica “a criação de oportunidades para que a diferença seja valorizada, oferecendo a todos uma experiência educativa enriquecida pela diversidade”.

Desse modo, a educação profissional e tecnológica deve preparar os estudantes para o mundo do trabalho, incentivando a construção de competências e habilidades específicas que sejam acessíveis a todos. A presença de práticas inclusivas nos ambientes educacionais tornam-se, assim, um elemento essencial na formação humana e integral dos estudantes.

A implementação de um currículo inclusivo e adaptado, que atende às demandas específicas dos alunos com deficiência, exige também o envolvimento de toda a comunidade escolar. Nesse sentido, Sasaki (1997) argumenta que a inclusão só se torna efetiva quando ocorre um “processo de reestruturação da cultura, da política e das práticas” das instituições de ensino, assegurando a todos os alunos o direito de aprender em igualdade de condições.

No decorrer de nossa pesquisa de mestrado, realizamos nove perguntas a doze docentes que atuam no Curso Técnico Integrado em Informática no Campus João Câmara do IFRN. Para garantir o anonimato dos participantes, utilizamos nomes fictícios ao longo deste trabalho.

Quando questionados se a inclusão vinha ocorrendo de maneira satisfatória, em sua grande maioria, a resposta foi que não ocorre, conforme relatos abaixo:

“É difícil falar isso, é até constrangedor, mas eu acho que a gente ainda carece muito dessa inclusão efetiva. Na minha opinião, a inclusão passa pela formação dos alunos, que são colegas de classe desses estudantes, passa também pelos colegas professores, mas de certa forma eles contam com um certo auxílio da ETEP e do NAPNE. Tem esse outro lado, né? A gente vê o NAPNE funcionando, estabelecido na Instituição, cada vez mais outras pessoas se envolvendo, o preconceito ainda que seja grave, não chega a ser dominante. Mas ainda há muito trabalho a ser feito pra que a gente possa dizer que há inclusão efetiva. Falta uma política contínua de capacitação” (Professor Paulo Sérgio).

Enquanto o professor acima enfatiza a falta de capacitação, outro colega aponta também para outra questão, como a falta de inclusão na própria sociedade, conforme o trecho a seguir:

“Bom, eu acho assim. É uma coisa que eu responderia que nunca estará bom. Porque o mundo não é inclusivo, né? Por mais que o campus busque ações, busque o plano, tenha um setor específico, tenha professores que se deem ao trabalho de pensar e se articular junto a esse assunto, ainda assim não é um ambiente totalmente inclusivo. Então, o que talvez o que se precise é um pouco mais de prioridade pra algum tipo de ação nesse sentido. Talvez precise de mais comprometimento no sentido de criar formações e planejamentos que incorporem mais isso na vida do docente” (Professor Marcos).

Contribuindo com a nossa análise, Aranha (2004) destaca que a inclusão no contexto da educação exige uma preparação cuidadosa dos educadores, que devem ser capacitados para refletir e apoiar a diversidade de seus alunos. A autora argumenta que a formação continuada dos professores é essencial para que eles desenvolvam estratégias pedagógicas inclusivas e sejam agentes de transformação no processo educativo.

Apoiada na ideia de que a inclusão ainda enfrenta desafios importantes, uma colega destacou pontos adicionais que merecem atenção:

“Não. E eu acho que uma das coisas mais difíceis é o fato de eles não terem um auxiliar com eles em sala de aula. Se eu não tiver ali auxiliando, na maioria das vezes eles ficam bem perdidos. Eles não são totalmente incluídos pela turma, isso também é outro problema. A gente precisa fazer um trabalho de sensibilização com a turma” (Professora Maria dos Anjos).

Com estas falas, identificamos, portanto, algumas lacunas que impedem que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas ocorra de maneira eficaz.

Apesar de já termos alguns avanços, a falta de capacitação (formação docente), a ausência de um auxiliar em sala, a falta de apoio dos colegas de turma, entre outras questões, apontam que temos um longo caminho a percorrer no que diz respeito à inclusão.

3 METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo é de caráter exploratório-explicativo pois, tem como finalidade “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a

construir hipóteses”, aprofundar “o conhecimento da realidade” e “explicar, entender o porquê das coisas” (Gil, 2010).

Como a nossa pesquisa foi realizada em um campus específico do IFRN (João Câmara), trata-se, portanto, de um estudo de caso, pois Gil (1999), aponta que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo [...]”.

A abordagem foi de natureza qualitativa, pois “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2001).

Embora os resultados da pesquisa indiquem que a maioria dos participantes considera o Plano Educacional Individualizado (PEI) ineficiente em alcançar o cumprimento de seus objetivos, alguns entrevistados expressaram um outro ponto de vista, destacando aspectos positivos do instrumento. Para esses profissionais, o PEI ainda é visto como um recurso importante que, quando bem implementado, pode orientar o trabalho pedagógico de forma mais inclusiva.

Em razão disso, ao final da entrevista, solicitamos aos docentes sugestões de melhoria para a operacionalização do PEI, com a finalidade de contribuir para a superação dos desafios apontados nos tópicos acima e para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes.

“Se colocassem no SUAP, otimizaria, né? Algum professor que já teve a experiência com esses alunos e quisesse compartilhar algumas ideias, seria ótimo. Relatos de experiência poderiam ajudar nessa abordagem. Um compartilhamento de maneira bem prática, bem objetiva, ajudaria bastante” (Professor Paulo Sérgio).

Outra sugestão considerada relevante:

“Então, eu sugiro criar uma formação obrigatória de aplicação do PEI. Mas pegar com todo mundo mesmo, tem que ver as aulas como é que ficaria, e isso deveria vir antes de tudo. Isso é até mais importante do que uma aula semanal. Porque isso diz respeito a todas as aulas, possivelmente, pro resto da vida. Talvez se precise parar e formar. Porque às vezes fica muito no caráter do: “vou deixar disponível aqui” e não acontece. E aí pensar em ações de estudo, mesmo, documental, mas também ações práticas de aplicação disso, né? Por exemplo, hoje eu não tenho nenhum aluno com alguma deficiência em sala de

aula, mas no próximo semestre terei. Essas ações acontecem, mas ficam coisas muito pontuais. Talvez muitos alunos nem saibam que essas pessoas existem aqui dentro. Que existem pessoas diferentes delas e que as pessoas precisam disso ou daquilo, e que muitos precisam olhar e serem vistos” (Professor Marcos).

Dois professores sugeriram também a criação de “diários inclusivos” ou “diários adicionais”, para que se possa acompanhar melhor o aluno e fazer os registros desse acompanhamento individualizado.

“A criação de diários adicionais. Isso aí teria que ser avaliado caso a caso, discutido junto com o NAPNE, penso eu. A depender do tipo de limitação isso pode não ser necessário. Compartilhamento de recursos pedagógicos... Como a gente tem uma ementa definida, é mais fácil de você compartilhar um material com as adaptações e com pessoas que são especializadas pra fazer esse tipo de material. Disponibilização de materiais de referência, material com adaptações para diferentes tipos de deficiência, limitações motoras, visuais, autistas... Recomendações explícitas de como tratar certos temas. Colocando agora em um cenário bem otimista, né? E possivelmente, um setor centralizado no IFRN, para diagramação de materiais. Já é um bom começo” (Professor Roger).

“Minha sugestão seria abrir os diários com cada aluno especial para que o professor possa fazer as adaptações, fazer o acompanhamento individualizado e registrar lá” (Professora Ruth).

Além destas sugestões sobre colocar o módulo do PEI no SUAP, ações mais práticas e criação de diários adicionais, outros professores enfatizaram novamente a importância da formação docente para que o PEI consiga alcançar os seus objetivos.

“Sim! Vai sempre cair nisso, né? O processo formativo. Mas eu acho que é isso mesmo: acompanhamento, orientação... Eu gosto muito desse trabalho do NAPNE com a ETEP, trazendo detalhes do aluno, do passado escolar dele, do histórico acadêmico anterior, da família... Eu acho isso fundamental. E formação. É fundamental” (Professor Jorge).

Enquanto a maioria dos professores pontuou a formação docente como crucial para o preenchimento, elaboração e operacionalização prática do PEI, outra professora enfatizou a importância do contato individual com os estudantes, antes mesmo de pensar no PEI.

“O contato individual é tudo. Eles precisam ter esse contato individual. Eu não tenho como dizer quais conteúdos devem ir no PEI, se eu não conheço o aluno.

Acho que é possível no nosso esquema, porque somos uma escola onde o professor tem dedicação exclusiva. Em tese, dá pra fazer isso” (Professora Helena).

Portanto, concluímos através desses relatos, que a operacionalização do PEI e a formação docente são elementos centrais para garantir uma educação inclusiva e eficiente. Superar os desafios exige investimento em capacitação, recursos adequados e uma rede de colaboração. Quando bem aplicado, o PEI e uma formação docente voltada à inclusão são ferramentas poderosas para promover o desenvolvimento pleno de todos os alunos, respeitando suas singularidades e proporcionando um ambiente escolar mais justo e acolhedor.

Essa abordagem holística cria a base para uma educação inclusiva de qualidade, onde o desenvolvimento individual e o respeito à diversidade são os pilares de uma sociedade mais justa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisando o texto, concluímos que a formação docente é fundamental e deve ocorrer de maneira contínua, para que a inclusão aconteça de fato, na Educação Profissional e Tecnológica, sem perder de vista, por exemplo, a formação humana e integral que o Instituto preconiza.

O professor precisa ser formado na perspectiva de que a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico devem estar voltados para a produção de bens e serviços que tenham a capacidade de melhorar as condições de vida dos coletivos sociais e não apenas para produzir bens de consumo para fortalecer o mercado e, em consequência, concentrar riqueza e aumentar o fosso entre os incluídos e os excluídos (Moura, 2004).

Sendo assim, observa-se que a formação continuada do docente não apenas aprimora suas competências técnicas, mas também contribui para uma visão crítica e socialmente comprometida do processo educacional. Isso implica um trabalho coletivo e articulado, onde o Plano Educacional Individualizado (PEI) se insere como uma ferramenta de apoio e direcionamento das práticas inclusivas, proporcionando um ambiente de aprendizagem equitativo e adaptado às necessidades de cada estudante.

O processo permanente de formação possibilita que o professor atualize seu saber, desenvolva a autonomia e promova a reflexão e autoavaliação de sua prática profissional, como resultado de um processo em construção, já que essa formação interfere, de maneira direta, nas práticas pedagógicas, na formação do professor pesquisador e no cotidiano escolar (Vieira; Vieira; Belucar, 2018).

A partir dos resultados desta pesquisa, conclui-se que os professores demonstram um entendimento claro sobre o PEI e a importância do atendimento individualizado para os estudantes com deficiência.

Observa-se, ainda, que os docentes possuem uma forte disposição para aprimorar suas práticas e um compromisso genuíno com o desenvolvimento de seus alunos.

No entanto, há uma percepção entre os professores de que a instituição não oferece a formação necessária para o uso efetivo do Plano Educacional Individualizado. Esse cenário aponta para a necessidade urgente de políticas institucionais que valorizem e apoiem a formação continuada, fortalecendo, assim, o PEI como um instrumento norteador da prática docente.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. 95p. (Manuais Acadêmicos).

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, p. 23-38, 2004. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/rbept/article/view/2863>. Acesso em: 23 out. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; BELUCAR, Maria Cristina Antunes. Formação continuada de professores da educação profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 10, fev. 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1058>. Acesso em: 22 out. 2024.